



OS PARQUES URBANOS DE ARACAJU/ SE - BRASIL ENQUANTO ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E TURISMO¹

Larissa Prado Rodrigues²
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Cristiane Alcântara de Jesus Santos³
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Larissa Prado Rodrigues y Cristiane Alcântara de Jesus Santos (2018): "Os parques urbanos de Aracaju/ SE - Brasil enquanto espaços públicos de lazer e turismo", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (julio 2018). En línea:
[//www.eumed.net/rev/caribe/2018/07/parques-urbanos-brasil.html](http://www.eumed.net/rev/caribe/2018/07/parques-urbanos-brasil.html)

Resumo

Na contemporaneidade, os espaços públicos urbanos são apropriados por diferentes agentes, onde se incluem os residentes e visitantes das cidades, o que gera distintos modos de usos, não usos e contra – usos destes espaços. Partindo desse pressuposto, este artigo objetiva analisar os parques urbanos da cidade de Aracaju/SE, Brasil, enquanto espaços públicos de lazer e turismo sob a ótica da produção e consumo. No que tange aos recursos metodológicos, utilizou-se a pesquisa de base quanti-qualitativa que envolveu levantamento bibliográfico, pesquisas de campo com aplicação de questionários, entrevistas, entre outros. Como principais conclusões, analisou-se que os parques urbanos possuem configurações antagônicas, permeadas por interesses privativos, lucrativos e de relações de poder. Neste sentido, as inúmeras contradições que podem existir no espaço urbano são evidenciadas e atreladas ao lazer e ao turismo.

Palavras-chaves: Parques Públicos; Produção; Consumo; Espaço Urbano; Usos; Lazer; Turismo.

Abstract

In the contemporaneity, urban public spaces are appropriated by different agents, which include residents and visitors of the cities, which generates different modes of uses, non-uses and counter-uses of these spaces. Based on this assumption, this article aims to analyze the urban parks of the city of Aracaju / SE, Brazil, as public leisure and tourism spaces from the perspective of production and consumption. Regarding the methodological resources, the quantitative-qualitative research was used, which involved a bibliographical survey, field surveys with application of questionnaires, interviews, among others. As main conclusions, it was analyzed that urban parks have antagonistic

¹ O artigo é resultante do projeto de pesquisa intitulado "Produção e Consumo de Espaços Públicos e Privados de Lazer e Turismo na cidade de Aracaju/SE" (Edital PIBIC/UFS 2015/2016; 2016/2017) desenvolvido nos anos de 2015, 2016 e 2017, coordenado pela Prof^a. Dr^a Cristiane Alcântara de J. Santos. A pesquisa foi premiada por dois anos consecutivos (2016 e 2017) através do Prêmio Destaque na área de Ciências Sociais Aplicadas no 26º e 27º Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

² Bacharelanda em Turismo pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão do Turismo e Hospitalidade (CNPQ/UFS). E-mail: larissa4912@hotmail.com.

³ Geógrafa. Mestre em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. Doutora em Geografia, Planificación Territorial y Gestión Ambiental, Universitat de Barcelona, Espanha. Professora do Curso de Turismo, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gestão do Turismo e Hospitalidade (CNPQ/UFS). E-mail: cristie09@uol.com.br.

configurations, impregnated by private interests, lucrative and power relations. In this sense, the innumerable contradictions that can exist in the urban space are evidenced and linked to leisure and tourism.

Keywords: Publics Parks; Production; Consumption; Urban Space; Uses; Recreation; Tourism.

1. INTRODUÇÃO

A cidade é, por excelência, o lugar de forte concentração das atividades de lazer e onde estas costumam ser implantadas de forma mais fragmentada e, muitas vezes, articulada a lógica da convivência urbana e da cidadania. Esta relação é extremamente complexa, uma vez que influencia na organização espacial da cidade e contribui para definição tipológica de algumas estruturas espaciais.

Nesse cenário estão os parques públicos que se caracterizam como espaços de lazer, sociabilidade e preservação ambiental em meio ao espaço urbano, utilizados em sua maioria por residentes da localidade em que estão inseridos, a fim de praticar inúmeras atividades em busca do descanso, do entretenimento, do encontro com a natureza e da qualidade de vida. Assim sendo, diante da possibilidade de desenvolvimento de atratividades relacionadas à paisagem, manifestações culturais, historicidade, arquitetura e atividades lúdicas nesses espaços, itens que são destaques na oferta turística, os parques públicos possuem demasiada potencialidade para serem apropriados pela atividade turística.

De fato, os parques públicos são alocados estrategicamente em determinados pontos da cidade por meio de políticas públicas com interesses, sobretudo mercadológicos, a partir de discursos que apontam para uma melhor qualidade de vida do cidadão, beleza estética, integração social, etc. (Serpa, 2007). Desta forma, esses espaços surgem a partir de intervenções urbanas centradas em determinadas concepções das políticas urbanas locais, em que símbolos são introduzidos, a fim de reforçar ou legitimar a importância desses espaços.

Ao eleger os parques urbanos enquanto espaços públicos de lazer e turismo como objetos de pesquisa, muitas questões são levantadas acerca do papel do Estado, das políticas públicas e da produção de espaços para e pelo o lazer e o turismo, bem como das dinâmicas de consumo decorrentes. Neste sentido, o presente artigo pretende analisar os parques urbanos da cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, Brasil, levando-se em consideração as formas de (re) produção e consumo desses espaços, assim como a sua (não) apropriação para o uso turístico.

Dada as complexidades envolvidas aos processos de produção e consumo dos espaços públicos das cidades contemporâneas, optou-se se por adotar a pesquisa de base quanti-qualitativa e do tipo exploratória. Com isso, foram realizados enquanto procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico; pesquisa de campo que incluiu observações diretas não participantes *in loco*, a aplicação de questionários estruturados aos residentes e turistas, coleta de informações a partir dos diálogos informais estabelecidos com os moradores questionados e entrevista com profissional ligada ao *trade* turístico local. Além disso, realizou-se a observação netnográfica com análise das opiniões dos visitantes dos parques urbanos de Aracaju na plataforma do *TripAdvisor*. Por fim, foi realizada análise comparativa entre os três parques urbanos investigados pela presente pesquisa: Parque da cidade, localizado na zona norte da cidade de Aracaju; e, os parques da Sementeira e dos Cajueiros, localizados na zona sul.

2. A (RE) PRODUÇÃO E O CONSUMO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

Nos últimos anos, grandes transformações nos espaços das cidades têm sido registradas, haja vista que são espaços dinâmicos e, também, por serem as cidades consideradas áreas de interesse especial por parte dos gestores públicos e do capital privado, sobretudo, no que diz respeito à sua capacidade especulativa. Estas transformações afetam diretamente os espaços públicos das cidades, uma vez que mesmo sendo considerados como um “conjunto de lugares de domínio do coletivo, geridos pelas instituições governamentais, cuja utilização privada é proibida” (Vaz, 2004, p.1), acompanhamos uma era em que estes espaços, principalmente praças e parques urbanos, têm sido

cada vez mais incorporados pela iniciativa privada, principalmente a partir de parcerias público-privado (PPP).

Os parques públicos são elementos que estão imersos na paisagem urbana e possuem origem – segundo a concepção moderna – na busca e anseio do homem urbano pelo refúgio, pelas características do campo, em suma, pelo retorno e (re) encontro com a natureza (Gomes, 2013), mesmo que sejam espaços verdes repletos de deploráveis representações urbanísticas, constituindo um substituto medíocre da natureza, simulacros degradados do espaço livre – conforme critica Lefebvre (2008a). Com isso, ao mesmo tempo em que os parques tornam-se equipamentos que compõem o contexto de produção e consumo do espaço, simultaneamente fazem parte do conjunto de equipamentos públicos que, juntos, integram os processos de produção e reprodução do espaço urbano. Portanto, cabem, inicialmente, discussões acerca do espaço urbano tendo em vista a compreensão das circunstâncias envoltas aos parques públicos das cidades.

O espaço urbano é produzido a partir do reflexo da sociedade e por isso revela em sua configuração os conflitos e contradições inerentes da lógica capitalista hegemônica. Por conseguinte, o espaço da cidade capitalista, ou seja, o espaço urbano é dividido e fragmentado em áreas residenciais segregadas, de modo a refletir e espacializar a luta de classes que, de acordo com Marx e Engels (1999), é o motor que gira a roda da história no modo capitalista de produção.

Os produtores do espaço urbano são agentes sociais com ou sem capital, formais ou informais que possuem interesse na terra urbana, nas quais grandes tensões entre os mesmos são estabelecidas com maior ou menor intensidade (Corrêa, 2011). Há de se destacar entre os principais agentes produtores do espaço urbano capitalista: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 2000). Estes atuam ora de modo convergente, ora divergentemente, entretanto, a lógica predominante, sobretudo aos dotados de maior poder econômico, é sempre a de reforçar a acumulação do capital através da reprodução. A acumulação do capital, para Marx (2013), está no centro das coisas para o crescimento do capitalismo. Para reforçá-la, o sistema do capital cria forças incessantes, dinâmicas, expansíveis e constantes que refletem na modificação do mundo, revolucionando permanentemente o espaço geográfico (Harvey, 2006).

Neste sentido, através da ação dos agentes supracitados, o processo de acumulação é mantido, sobretudo, através da apropriação e controle do uso da terra urbana (Lefebvre, 1976), no qual o espaço urbano é constantemente modificado com vistas a atender aos interesses do capital, levando-se em consideração que “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (Marx e Engels, 1999, p. 12), fator que reflete diretamente na (re) produção espacial.

Sob essa perspectiva, delineiam-se margens para inúmeros conflitos e disputas se estabelecerem no espaço urbano, fortalecendo as relações de poder através do estabelecimento de territórios simbólicos. Como principais impactos, destaca-se o incentivo para a prática de políticas higienistas advindas do Estado burguês a favor da acessibilidade e consumo restrito e exclusivo que dirime a coletividade, muito embora os novos significados atribuídos ou contra-sentidos que são distintos dos planejados pelas políticas públicas urbanas, de fato, contribuam para a diversidade dos usos, funções e sentidos existentes no presente dos lugares (Leite, 2007).

Apesar dos espaços públicos serem entendidos constitucionalmente como de/para todos os cidadãos, valores sociais dominantes se impõem sobre a forma de uso do espaço urbano, pois uma vez que são apropriados e dominados, comportamentos, gestos, modelos de construção excluem/incluem, determinando e direcionando os fluxos, que

[...] resulta um conflito e um curioso mal-estar. Esse espaço, de um lado, tende para um código único, para um sistema absoluto, o da troca e do valor de troca, da coisa lógica e da lógica da coisa. Ao mesmo tempo, ele se torna pelo de subsistemas, de códigos parciais, de mensagens e de significantes que não entram no procedimento unitário que esse espaço estipula, prescreve, inscreve de todas as maneiras (Lefebvre, 2008a, p. 151).

Neste sentido, quando indivíduos ou grupos sociais visam romper com os usos programados e destinados para equipamentos públicos são apontados como geradores de contra-usos, ou seja, usos que devem ser combatidos, mas que, inegavelmente trazem novas perspectivas em termos de produção e consumo do espaço urbano. Desta forma, corroboramos com os escritos de Lojkin (1997, p. 217) quando este afirma que “se a política urbana capitalista não é uma planificação – no sentido de um domínio real da urbanização – nem por isso deixa de responder a uma lógica: à da segregação social”, uma vez que o planejamento urbano frisa e responde a uma ideologia dominante (a do capital), no entanto, não possui completo domínio haja vista as contraposições – na figura de grupos sociais excluídos das mais diversas configurações – firmarem atos de resistência na *práxis*, sendo desta forma, ou seja, uma constante luta por direitos mediante as fortes repressões sofridas fruto das ações segregacionistas pautadas recorrentemente no âmbito do espaço urbano de forma velada e silenciosa.

Diante do exposto, percebe-se que as ações dos agentes produtores do espaço urbano – embora rebatidos através dos contra-usos – reforçam, em diversos momentos, a segregação residencial e sócio-espacial, que se caracteriza pela concentração de um determinado grupo de indivíduos que apresenta algum tipo de uniformidade – seja pelo *status* socioeconômico, etnia, etc. – em determinado território (Corrêa, 2000). A homogeneidade de características, segundo o mesmo autor, dá origem às áreas sociais, ou seja, bairros com moradores uniformes que segregam indivíduos que não se encaixem nas características hegemônicas, infringindo uma possível chegada ao direito à cidade destes. De acordo com o mesmo autor,

A segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização especial em áreas de ‘forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas’, conforme aponta Castells (1983). É um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano (Corrêa, 2000, p. 60).

Assim sendo, pode-se conferir que o espaço urbano é extremamente conflituoso e que foge a qualquer perspectiva de harmonia, equilíbrio e igualdade, uma vez que pode se caracterizar como lugar da expressão dos conflitos (Lefebvre, 2008a) justificada pela própria produção espacial que carrega em seu processo a luta antagônica de classes que envolvem os interesses discrepantes do capital e da sociedade. Em suma, as relações sociais contemporâneas entre os homens do espaço urbano se materializam não mais no espaço público, mas sim na propriedade privada que fornece distinção, conferindo-lhes poder, o direito sobre a cidade e a terra (Carlos, 2008).

Neste sentido, esbarrar-se-ia na questão do direito à cidade que consiste na utópica oportunidade do coletivo da cidade participar de ações e decisões, bem como de usos e apropriações dos espaços públicos sem quaisquer tipos de recortes e/ou desigualdades, como as impostas pela atual lógica (Harvey, 2012). Ainda, “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (Lefebvre, 2008b, p. 117), todavia frequentemente centralizado e pertencente às classes elitistas por questões de acessibilidade, maior poder aquisitivo e proximidade com os espaços de lazer das cidades, como ocorre com os parques públicos.

Os espaços de lazer, nesse contexto, são apontados por Carlos (1999) como simulações de um espaço novo, simulacros que são consumidos no momento do lazer e turismo, mas que, na verdade, são reduzidos e decorrentes da necessidade de se manter o padrão da acumulação. Deste modo, não cumprem suas funções sociais enquanto equipamentos de consumo coletivo em decorrência da essência de simulacro, bem como pelo fator majoritário da valorização imobiliária (Gomes, 2013). São mercadorias de uso temporário, levando-se em consideração que são apropriadas no momento do não-trabalho dos indivíduos. O turismo e o lazer apresentam-se como extensão, tendência e estratégia de reprodução, expandindo-se cada vez mais ao espaço global. Destarte,

O consumo do espaço se analisa no movimento de generalização da transformação do espaço em mercadoria, que impõe ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço. Assim o processo de reprodução do espaço aponta para a tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço (Carlos, 1999, p. 186).

Nesse contexto, os parques públicos são ferramentas de produção e reprodução espacial do capital, camuflados de espaços verdes que propiciam o encontro com a natureza, com o descanso, etc., no qual se vende satisfação, mas geram-se demasiadas desigualdades, uma vez que a satisfação não é para todos, mas sim para poucos. Esse fator é justificado, pois sob as lentes da lógica capitalista, sobretudo frisando a acumulação do capital, os parques públicos tornaram-se elementos de valorização da terra, sendo fundamento e estratégia da especulação imobiliária para aumento do valor de imóveis nas proximidades desses espaços verdes de encontro à natureza, constituindo os bairros de *status* (Gomes, 2013). Automaticamente, esses espaços acabam por ter seus usos apropriados por aqueles que residem nas proximidades, ou seja, por classes dotadas de maior poder de compra (e troca), que acabam por possuírem maior acessibilidade.

Por conseguinte, os parques urbanos públicos estão, em sua maioria, implantados em locais específicos das cidades e raramente abrangem periferias, subúrbios e locais de população de baixa renda. Os parques públicos inseridos em áreas privilegiadas recebem constantemente assistência pelo Estado no que concerne a investimentos para manutenção, diferentemente dos espaços públicos das regiões menos valorizadas pelos agentes do capital. Isso demonstra para onde os investimentos públicos são destinados, ou seja, é fatídico que existe uma arbitrariedade excludente na produção e organização espacial das cidades para o lazer. Como consequência, a segregação sócio-espacial é gerada juntamente com a ausência do direito ao lazer para os moradores de regiões menos favorecidas. No entanto, a contradição emerge no ponto em que estes moradores contribuem em impostos igualmente e não possuem direito à cidade que “pagam” para morar. Gomes (2013, p. 80) ratifica esse ponto de vista ao afirmar que

Muitas áreas públicas são delimitadas, implantadas e por vezes apropriadas privadamente, voltando-se ao uso de classes específicas, porque estão localizadas estrategicamente em bairros específicos, em geral, ocupados pelas elites. Em muitos casos, não constituem espaços importantes de ‘preservação’ da fauna e flora nativas, mas expressam o espetáculo, o simulacro da natureza.

Diante disso, pode-se observar que os parques constituem-se em locais construídos para atender a fins específicos das elites econômicas e políticas, em que sob a atual lógica torna-se inviável a realização plena do direito de cidadãos à cidade. Neste sentido, os parques públicos são elementos que influenciam na produção do espaço, e por esta são influenciados, traduzindo-se os impactos na forma e momento de consumo.

Neste sentido, a partir das múltiplas e infinitas possibilidades de utilização desses espaços tidos como parques públicos das cidades, torna-se possível pensar sua apropriação não apenas por moradores e residentes, mas também por turistas que estejam em visita à localidade. Os parques públicos, além de propiciar lazer aos seus cidadãos “também pode cumprir um papel de atrair turistas, contribuindo para a valorização da paisagem, melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida” (Lapa, 2010, p. 37). Contudo, esses espaços públicos de lazer ainda são, em sua maioria, desconsiderados como constituintes da oferta turística de uma localidade, o que caracteriza o não uso desses espaços pelos turistas por diversos fatores.

Para o turismo, os parques públicos se destacam por oferecer atratividades relacionadas à paisagem, manifestações culturais, historicidade, arquitetura e atividades lúdicas, itens que são destaques na oferta turística. Com isso, o turista ao visitar os parques públicos de uma localidade pode apreciar a natureza diferenciada do seu local de origem, pois os parques públicos adaptam-se “às utilizações pelos setores turísticos os quais podem trabalhar esse contato com o meio natural como uma forma [também] de introduzir a preservação e educação ambiental” (Macedo; Sakata, 2002, p. 68 apud Barreto et.al., 2010, p. 25).

Em suma, na atualidade, os parques públicos caracterizam-se como espaços de lazer, sociabilidade e/ou preservação ambiental em meio ao espaço urbano, utilizado em sua maioria por residentes da localidade, a fim de praticar inúmeras atividades em busca do descanso, do entretenimento, encontro com a natureza e, sobretudo, da qualidade de vida. Mas, que também possuem potencial para serem apropriados pela demanda turística, como acontece em diversas cidades do Brasil, a exemplo das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Curitiba.

2. A PRODUÇÃO E O CONSUMO DOS PARQUES PÚBLICOS DA CIDADE DE ARACAJU/SE

A cidade de Aracaju é a capital do estado de Sergipe. A mesma possui três parques urbanos públicos, a saber: o Parque José Rollemberg Leite, conhecido como Parque da Cidade, localizado na zona norte; o Parque Augusto Franco, popularmente conhecido como Sementeira e o Parque dos Cajueiros, ambos localizados na zona sul da cidade. Embora circunscritos no mesmo município, os parques possuem grandes distorções e distinções, grande parte ocorridos devido às formas de produção espacial feitas, especialmente, através dos investimentos altamente desiguais advindos do setor público, conforme veremos a seguir.

2.1 O Parque da Sementeira

O Parque da Sementeira está localizado no bairro 13 de julho, área nobre da cidade de Aracaju e de extrema valorização pelo capital imobiliário haja vista a proximidade com os *shoppings centers* e a excelente infraestrutura urbana, quando comparada a outros espaços na cidade. Devido a esta localização favorável, o Parque da Sementeira quando instalado, causou diversas mudanças espaciais, sociais e econômicas internas e externas ao equipamento, especialmente pelo aumento exacerbado da especulação imobiliária no seu entorno.

Sendo assim, o parque abarcou diversos elementos que podem atrair a variados públicos, a incluir a demanda turística e os residentes, de forma a poder constituir dinamicidade ao local. Dentre os atrativos estão os quiosques cobertos com bancos e mesas para piqueniques, festas de aniversários, encontros etc.; lagos artificiais; eventos culturais (como exposições, musicais, bazares, entre outros), esportivos e religiosos promovidos pelos próprios visitantes e/ou pela prefeitura esporadicamente; a Casa da Ciência e Tecnologia Galileu Galilei (CTECA), mais conhecida como Planetário; uma vasta área verde com horta; parque infantil com brinquedos recreativos; espaços específicos para práticas de atividades físicas como quadra de areia e trilhas delineadas para caminhadas e corridas; e ainda projetos como o Natal Luz que ocorrem nos finais de ano. Além disso, no ano de 2018, foi inaugurado um espaço contemplativo com um monumento em alusão ao ex-governador do estado de Sergipe Marcelo Déda com espelho d'água, entre outros elementos arquitetônicos, de modo a referenciar uma parte da história política do Estado de Sergipe através de quadros explicativos.

Portanto, verifica-se que o Parque da Sementeira possui demasiado potencial pela diversidade de atrativos e atividades que os turistas podem realizar em visitação ao mesmo, apesar de ser mais apropriado pela população local de distintas formas a partir, sobretudo, de um recorte classista. Todavia, embora permeado por lógicas excludentes e segregacionistas, o Parque da Sementeira é um importante espaço público de lazer para os residentes da cidade de Aracaju em decorrência das possibilidades de funções sociais exercidas no interior deste (esportes, convivência, entre outros). Ainda que localizado em uma zona privilegiada pelo capital público e privado, o equipamento é frequentado de modo diversificado por residentes da cidade advindos de distintos pontos e localizações: das mais próximas às mais longínquas, conforme demonstram as pesquisas realizadas *in loco*.

Destarte, ao ser realizada a observação direta no Parque da Sementeira, o público predominante notório em visitação são os residentes da cidade de Aracaju realizando diversas atividades físicas, de sociabilização e levando seus animais de estimação para passear nas dependências do mesmo. Já considerando os dados obtidos por meio dos questionários aplicados⁴ aos usuários do Parque da Sementeira, percebe-se que os frequentadores (64%) constituem-se, majoritariamente, daqueles que residem nas adjacências, bem como possuem grau de escolaridade entre médio e superior com faixa etária elevada. Esses residentes utilizam o parque, em suma, para práticas de sociabilização e de atividade física durante os dias entre segunda e sexta-feira. As populações oriundas de bairros mais distantes e de menor nível de escolaridade e renda, apenas utilizam o parque em finais de semana e feriados.

Neste sentido, apoiado nos dados empíricos coletados por meio de questionários estruturados aos usuários do Parque da Sementeira, concluiu-se que as hipóteses levantadas a partir dos pressupostos teóricos e análises empreendidas com a observação direta foram ratificadas, levando-

⁴ Os questionários foram aplicados no mês de novembro do ano de 2015.

se em consideração a comprovação de que o público predominante que faz uso e apropria-se do espaço são aqueles que residem nas proximidades do equipamento haja vista as condições de acessibilidade, fazendo uso constante durante os principais dias da semana para práticas de atividade física e lazer. Os usuários oriundos de bairros mais distantes e de menor nível de escolaridade e renda apenas utilizam o parque em finais de semana e feriados. É certo que isso ocorre em virtude dos residentes das adjacências terem mais facilidade de acessibilidade uma vez que possuem poder aquisitivo para residir nas proximidades, resultando assim em um maior direito a usufruir de um espaço público da cidade de Aracaju que deveria ser entendido como um direito, igual, de e para todos. Neste contexto, destacam-se os conflitos que surgem a partir do uso do espaço do parque público pelos residentes de bairros mais distantes em determinados dias da semana – sobretudo aos sábados, domingos e feriados – uma vez que os moradores das adjacências sentem-se incomodados com a presença desses indivíduos e grupos sociais (majoritariamente jovens de baixa renda) que utilizam o parque para paqueras, ingerir bebidas alcoólicas, fazer novas amizades etc. Com isso, o consumo do Parque da Sementeira por esses grupos são entendidos como contra-usos, ou seja, usos inadequados segundo os valores dos usuários de alta renda e que, segundo eles, devem ser controlados pela gestão do parque através da figura dos guardas municipais que se encontram no interior do parque.

É importante ressaltar que essa demanda entende que o parque é apropriado por outros indivíduos que visam estabelecer “maus usos” do espaço e, portanto, infringem a segurança do mesmo. Tal fato faz com que esse grupo composto pela demanda solvável se direcione para porções do parque mais “seguras” e ali estabeleçam territórios mediante a opressão e repressão por meio da imagem de força maior da vigilância que não permite determinados tipos de usos daquele espaço territorializado. Nesse sentido, a luta de classes é vislumbrada ao evidenciar-se que o Parque da Sementeira, por muitas vezes, é entendido como extensão e área de lazer semi-privativa dos condomínios localizados ao redor do mesmo. Esse fator é desencadeado pelas construtoras que, ao ofertar apartamentos nas proximidades do Parque da Sementeira, apropriam-se de um espaço público de lazer para elevar o valor de troca dos imóveis, interiorizando ao comprador que o equipamento é elemento constituinte da propriedade adquirida, fazendo com que este estabeleça domínios territoriais – principalmente ideológicos e simbólicos – sobre e no parque. Sob essa perspectiva, há de se considerar que o parque é um território daqueles que o margeiam e, portanto, passível de ser permeado por inúmeras relações de poder arbitrárias advindas da ideia de posse e propriedade que levam os donos dos imóveis a designarem, conforme os seus valores morais e de modo velado, as práticas aceitáveis *versus* as atividades entendidas como contra-usos. Percebe-se envolto aos discursos dos moradores dos grandes condomínios ao redor do parque que, não apenas os usos diferenciados e “inapropriados” dados por esses jovens são repudiados, mas também o fato de ser oriundo de localidades periféricas, fator que amedronta aos primeiros dado o enorme imaginário social imbuído de preconceito para com esses grupos que resultam em práticas discriminatórias e racistas.

Deste modo, tendo por base as análises acerca do Parque da Sementeira enquanto um espaço público de lazer para o morador observa-se que são dados pelos usuários diferentes usos e apropriações de acordo com a temporalidade (dias e horários), o que resultou em discussões acerca do direito à cidade em decorrência de grupos sociais que residem nas adjacências do equipamento utilizarem mais do que outros que enfrentam longas distâncias para poder consumir o espaço. Sob esse prisma, o Parque da Sementeira enquanto um espaço de direito à cidade ainda é uma perspectiva utópica, uma vez que este equipamento é tido como mercadoria, servindo, maiormente, à especulação imobiliária e consequentemente à lógica do capital, onde a apropriação por parte de todos os cidadãos é um fato negligenciado.

Já no campo do turismo, observa-se que o Parque da Sementeira não é destacado enquanto item e atrativo da oferta turística da cidade de Aracaju, uma vez que não houve percepções de uso e apropriação do parque pela atividade turística durante observação *in loco*. Porém, é importante destacar que foi comprovado que há, mesmo que mínima, a visitação por parte da demanda turística através do livro de registros de visitação do Planetário localizado no interior do parque; e da ferramenta TripAdvisor com avaliações *online* dos turistas que visitaram o espaço do parque.

De fato, percebe-se que o Parque da Sementeira ainda não é entendido como um atrativo turístico da cidade de Aracaju, uma vez que faltam divulgação e transmissão de informações da existência do mesmo para aqueles que vêm à cidade e poderiam realizar visitação, conforme comprovado na

pesquisa empírica. Aliado a isso, observamos que as agências de receptivo local também não inserem o parque nos *cities tours*, já que os roteiros turísticos da cidade de Aracaju englobam apenas os atrativos caracterizados como principais e representativos da localidade, esquecendo-se da importância e do potencial dos parques públicos.

Em contrapartida, em visitação no âmbito da pesquisa de campo a um dos elementos que compõem o parque, o Centro de Ciência e Tecnologia Galileu Galilei (CCTECA, mas popularmente conhecido como o Planetário) fora encontrado um livro com registros de visitação que comprovou que há a utilização, ao menos do planetário, por alguns turistas oriundos de Salvador, João Pessoa, Goiânia, São Paulo, Distrito Federal, São Luís, dentre outras localidades. Contudo, a maior visitação se dá por pessoas da localidade, ou seja, por residentes da cidade de Aracaju. Deste modo, os turistas que visitam o Parque da Sementeira não são intermediados por agências de turismo receptivo ou de guias de turismo, pois esses não se apropriam do espaço para práticas turísticas – conforme discutido anteriormente –, cabendo ao turista visitar de forma autônoma ao saber do mesmo através de pesquisas na internet ou por meio de conhecidos que residem na cidade (amigos, parentes, cônjuges, etc.).

Sob a ótica dos residentes, 94% visualizam positivamente o Parque da Sementeira para as práticas de lazer e turismo, justificando e ressaltando os atributos do equipamento como a área ampla em que podem ser desenvolvidas várias atividades; pois o “local é bom e bonito”; possui uma “área de lazer diversificada”; o parque é “arejado e não poluído”; pela “possibilidade de passear e fotografar no natal”; por estar localizado em uma “área privilegiada”; “porque possui paisagem, natureza e segurança”; pois o parque está “centralizado e possui uma boa área verde”; dentre outros aspectos ressaltados pelos residentes nos questionários aplicados⁵.

Deste modo, corroboramos, considerando as diversas constatações feitas no decorrer da pesquisa, que o parque possui potencial para o turismo dado sua infraestrutura para o lazer que desponta potenciais atrativos diferenciais na cidade com amplas possibilidades de despertar, atrair e recepcionar a demanda turística.

2.2 O Parque da Cidade

O Parque da Cidade está localizado no Bairro Industrial, zona norte da cidade de Aracaju. Composto predominantemente pela Mata Atlântica passou a ser uma Área de Proteção Ambiental (APA) a partir do ano de 1993, denominada “APA Morro do Urubu”. Com a execução da pesquisa de campo constatou-se, a partir da ferramenta de inventariação, que o Parque da Cidade apresenta enquanto equipamentos e atrativos de/para visitação: o Zoológico com animais diversos; o Teleférico que encaminha os visitantes em um passeio de 30 minutos para o ponto mais alto do parque, no qual é possível fazer uma trilha que dá acesso a um ponto com vista paisagística para o Rio Sergipe; um pequeno haras, onde estão alocados alguns cavalos que auxiliam nas práticas de equoterapia⁶; dois bares/restaurantes, estando apenas um em funcionamento⁷; um espaço não pavimentado utilizado para práticas de futebol e eventos; e espaços livres diversos, em que se destacam a fauna e a flora apropriadas e interpretadas de diversas formas pelos usuários do parque.

Destarte, com a observação direta *in loco* foi perceptível que são dados diversos usos ao Parque da Cidade. Os indivíduos acompanhados de amigos, familiares e cônjuges praticam ações de socialização, piqueniques, pequenas caminhadas e entram em contato com os animais livres e enclausurados, com pouco uso do teleférico por parte da demanda residente. Evidenciou-se ainda que o parque apresenta mais usos durante os finais de semana com a demanda predominante de moradores, e contrariamente, que o mesmo é utilizado por turistas mais durante os dias úteis. Ademais, com o recurso da observação direta atrelado ao inventário realizado, pôde-se identificar o potencial turístico das dependências do Parque da Cidade tendo em vista já existir o uso por turistas, havendo a possibilidade de expansão (se unida a estudos de capacidade de carga); e, de mesmo

⁵ Os questionários foram aplicados no mês de novembro do ano de 2015.

⁶ Segundo a gestão do Parque da Cidade encontra-se desativado haja vista a ausência de recursos para suprir as demandas.

⁷ O espaço do restaurante desativado serve, atualmente, conforme apontado pela gestão do parque em entrevista, para execução de eventos mediante solicitação e reserva.

modo, pelo conjunto de atividades que podem ser realizadas por essa demanda, levando-se em consideração seus equipamentos e potenciais e reais atrativos identificados.

Por meio da aplicação dos questionários estruturados aos usuários que residem na cidade de Aracaju ou Grande Aracaju, verificou-se inicialmente o perfil desses indivíduos⁸. Tornou-se interessante perceber, a partir dos dados levantados, a escolaridade dos questionados atrelados aos bairros de procedência/residência: regiões da cidade de Aracaju circunscritas nas mediações do Parque da Cidade com extrema carência de serviços públicos de qualidade (Bairro Industrial, Bugio, Porto Dantas, Santos Dumont, entre outros), onde estão os indivíduos de baixa renda e escolaridade (52% possuíam ensino médio, seguidos de 30% com apenas ensino fundamental). Além disso, a proximidade desses bairros ao parque atrai consideravelmente essa demanda partindo da hipótese de que as ausências de espaços públicos de lazer para essas comunidades não privilegiadas pelas políticas públicas os levam a um dos poucos equipamentos (senão o único e em situação extremamente precária) em que esses indivíduos podem usufruir o tempo do não-trabalho de forma produtiva, caracterizando-se como um mínimo acesso ao que lhes pertence por direito: espaços para/e práticas de lazer.

Além disso, averiguou-se que poucos usuários do Parque da Cidade são oriundos da zona sul da cidade, sendo representados por apenas 8% da amostra. Entretanto, quando chocado com os dados de demanda obtidos no Parque da Sementeira é possível captar mais contradições existentes na dinâmica urbana de Aracaju. Isto porque se observou que as pessoas oriundas de bairros distantes e segregados no que tange às políticas públicas de lazer estão frequentemente presentes no Parque da Sementeira usufruindo de seus equipamentos, sobretudo, aos finais de semana. Todavia, o movimento retrógrado de indivíduos da zona sul se direcionando ao Parque da Cidade, na zona norte, para suas práticas de lazer não ocorre.

No que concerne aos não usos do Parque da Cidade, é importante ressaltar que os residentes não citam recorrentemente o uso e consumo do passeio do teleférico, uma vez que os mesmos relatam o alto valor na taxa para ter acesso ao equipamento, o que levaria ao uso exclusivo deste pela atividade turística, cabendo à administração do parque adotar medidas de inclusão para a democratização do uso, levando-se em consideração que o público é majoritariamente desprovido de recursos financeiros para ter acesso ao teleférico. Isso já ocorre em outras cidades do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro em seus principais atrativos turísticos, na qual o acesso dos moradores é facilitado em termos de custos de ingressos mediante apresentação de comprovante de residência.

Ademais, também se notou que os moradores não se apropriam do parque para usos relacionados à atividade física (como corridas e caminhadas a pé e utilizando a bicicleta, por exemplo), o que é comum nos parques públicos localizados na zona sul da cidade de Aracaju. Em análise comparativa, observa-se que as dinâmicas de uso, consumo e apropriação dos espaços públicos são distintas e antagônicas, até mesmo em equipamentos que apresentam fins similares e estão alocados na mesma cidade, como é o caso do Parque da Cidade e o Parque da Sementeira, embora em zonas contrastantes. No primeiro, os usuários o frequentam de forma tímida durante os dias úteis, mesmo aqueles que residem nas proximidades. Diferentemente dessa realidade, no Parque da Sementeira os indivíduos que residem nas adjacências se fazem presente mais assiduamente durante os dias da semana, uma vez que utilizam do espaço para práticas de esportes enquanto parte da rotina laboral, o que já não é percebido pela demanda do Parque da Cidade que faz diferentes usos do meio, apropriando-se principalmente nos momentos de não-trabalho como parte constituinte do lazer.

Já na relação entre o Parque da Cidade e a atividade turística, os próprios residentes (94%) destacam o potencial que o parque apresenta para atender à demanda turística, uma vez que apontaram nos questionamentos feitos as diversas atividades que os turistas poderiam realizar em visita ao equipamento. Os inquiridos justificam a potencialidade do parque “por ter muito verde”; por ser “um local atrativo e de família”; “local amplo e tranquilo”; “bom para as crianças”; “um ambiente tranquilo, harmonioso, acolhedor, verde”; etc. Esses foram alguns dos relatos obtidos que ressaltam a atratividade que o parque apresenta, agregado ao teleférico e ao zoológico que acabam por caracterizar um diferencial ao mesmo. Além disso, os residentes ressaltaram que indicariam o Parque da Cidade para turistas porque “o lugar é bonito, confortável e bom”; “o lugar é interessante

⁸ Os questionários foram aplicados no mês de janeiro do ano de 2017.

para visitar”; “é gratuito, um local de lazer, propicia contato com a natureza e os animais”; “é um atrativo para a cidade de Aracaju”; “tem muitas atividades para serem feitas”; e “pela beleza, por ser diferente e agradável para o lazer”. Diante disso, há de se observar que os moradores possuem uma percepção positiva para o desenvolvimento do turismo no parque, muito embora haja inúmeras considerações no que tange à necessidade de melhorias desse espaço. Todavia, apesar de haver inúmeras problemáticas, a relação do Parque da Cidade com o turismo se destaca frente ao Parque da Sementeira, tendo em vista que este último é pouco apropriado pela demanda turística e, principalmente, pelo próprio *trade* turístico.

Esse caráter paradoxal do consumo e apropriação pela atividade turística que abarca os parques foi desvendado a partir da entrevista realizada com uma profissional de guiamento de turismo⁹. Primordialmente, a mesma afirmou que o Parque da Cidade possui um grande chamariz: o Teleférico, atrativo que os outros parques não possuem, ou seja, que o diferencia a partir do passeio que entretém o visitante e proporciona vista privilegiada do alto da cidade de Aracaju. Além disso, a guia de turismo apontou que o teleférico existente no Parque da Cidade é compartilhado fortemente com os turistas enquanto atrativo turístico pelos guias de turismo, embora não realizem (mais) tantas visitas. Em continuidade ao questionamento acerca das razões do Parque da Cidade receber mais turistas do que os outros parques (Sementeira e Cajueiros), a guia de turismo respondeu ainda que, agregado ao Teleférico ser um chamariz, está atrelada a questão do comissionamento que a empresa de caráter privado que administra o atrativo proporciona aos profissionais de guiamento que encaminham turistas para visita ao mesmo.

Neste sentido, observa-se que as relações econômicas, novamente, dominam e regulam as formas não somente de produção, mas também de consumo do espaço público urbano, uma vez que a existência do comissionamento incentiva e impulsiona os guias de turismo a levarem os turistas ao Parque da Cidade, sem muitas vezes sequer visitarem os outros espaços do parque para desfrutar e conhecer (como o zoológico) – embora a demanda apresente interesse em explorar o Parque da Cidade, conforme demonstram os mesmos nos dados empíricos.

Deste modo, é inegável que se faz necessário em caráter de urgência um planejamento integrado com estabelecimento de diálogo entre a gestão pública do Parque da Cidade com o *trade* turístico, podendo ser intermediado pela gestão pública do turismo da cidade de Aracaju para que as discussões sejam fomentadas e os diferentes pontos de vista explanados. Ademais, é de suma relevância abrir a oportunidade à gestão apresentar o potencial do parque para o turismo às agências de receptivo, aos guias de turismo e demais interessados, a fim de que o mesmo possa ser (re) inserido nos roteiros turísticos de *cities tours*, mediante estudos de capacidade de carga, mercado, elaboração de documentos EIA/RIMA¹⁰, entre outros.

2.3 O Parque dos Cajueiros

Após a realização das análises e os desdobramentos decorrentes destas acerca do Parque da Sementeira e do Parque da Cidade, o Parque dos Cajueiros foi o terceiro equipamento investigado no que concerne às dinâmicas de produção e consumo para/pelo lazer e o turismo, em que se utilizaram identicamente os procedimentos metodológicos aplicados nos parques anteriores supracitados. Assim, cabe destacar, a princípio, que o Parque dos Cajueiros, está localizado na zona sul da cidade de Aracaju, nas proximidades do Parque da Sementeira, ou seja, ambos estão localizados em uma área que recebe constantemente recursos públicos e, portanto, privilegiada no que tange a elementos que facilitem e promovam a produção espacial, diferentemente da realidade constatada no Parque da Cidade.

Com a realização da pesquisa de campo, identificou-se que o Parque dos Cajueiros possui brinquedos gratuitos para crianças (do próprio parque) e privados (de agentes externos e, portanto, pagos para obter acesso e uso); quadras de tênis, vôlei, futebol etc.; academia com equipamentos de ginástica (oriundo do Programa Academia da Cidade, proposto e executado a nível municipal) que também compõe o complexo esportivo; pistas de skate e patins; ciclovias; bares, restaurantes e

⁹ A entrevista foi realizada no mês de maio do ano de 2017.

¹⁰ Os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental devem culminar em planos de manejo para que o uso e apropriação – sobretudo do Parque da Cidade, uma vez que este possui área de proteção ambiental (APA) – desses espaços ocorram de modo a culminar em mínimos impactos degradantes ao meio.

lanchonetes; espaços para piqueniques; espaços para caminhadas; espaço para realização de encontros de socialização e eventos; o rio Poxim e um *deck* que permite a visualização e contemplação ampla do atrativo natural, bem como se tornou espaço para realização de *books* fotográficos e para práticas de pescaria; escola de remo; e espaços abertos diversos que são apropriados de diversas formas, sobretudo, pelo residente de Aracaju.

Ainda em aplicação da técnica de observação direta não participante *in loco*, notou-se que diversos usos por distintos públicos são dados ao Parque dos Cajueiros. Inicialmente percebeu-se que o principal atrativo do parque são os brinquedos para as crianças que atraem inúmeros pais e famílias que levam seus filhos para se divertirem, sobremaneira aos finais de semana. Observou-se que existe uma estrutura comercial fortemente voltada para o público infantil que inclui brinquedos como cama elástica, alimentos como algodão doce e guloseimas diversas. No entanto, o público jovem e adulto também usufrui demasiadamente dos espaços e equipamentos do parque. Os jovens se apropriam de elementos como a pista de skate e patins e os espaços de piquenique, na qual socializam com seus iguais e grupos sociais, praticam esportes, treinam para campeonatos, etc. Já o público adulto e da terceira idade buscam o Parque dos Cajueiros para práticas de atividade física que inclui caminhadas, ciclismo, exercícios na academia e esportes como futebol e tênis. Todavia, é significativo o quantitativo desse público que se aloca nos bares, restaurantes e lanchonetes para assistir aos tradicionais “jogos de futebol do domingo” acompanhados de petiscos e bebidas, levando amigos e familiares para socializar. Outros preferem a calma da pescaria, aproveitando para apreciar a beleza natural – embora impactada pelas metamorfoses urbanas – do rio Poxim. No que concerne especificamente ao rio Poxim, sobretudo após a revitalização, essa parcela do Parque dos Cajueiros se tornou espaço para contemplação e, principalmente, cenário para realização de *books* fotográficos. Grávidas, famílias, noivos, etc. estão constantemente acompanhados de fotógrafos para registros que envolvem o conjunto paisagístico do parque.

O fluxo no Parque dos Cajueiros é intenso aos finais de semana para as práticas de lazer dos residentes em contraponto à rotina laboral. Já nos dias úteis, se percebe um grande e intenso esvaziamento do espaço no qual não se denotam usos. Durante a observação direta não foi perceptível o uso do parque pela demanda turística, notou-se que apenas moradores estavam a usufruir dos equipamentos dispostos.

No entanto, para ratificar essa hipótese inicial de que há pouco ou nenhum uso do parque pela atividade turística, bem como da dinâmica de uso pelos residentes, demandou-se a adoção de outra técnica de obtenção de dados. Neste sentido, enquanto procedimento metodológico previsto foi aplicado diversos questionários para o público morador da cidade de Aracaju e/ou Grande Aracaju e, posteriormente, para os turistas dispostos na cidade, especificamente na Orla de Atalaia, justificado novamente pela limitação em encontra-los exercendo usos dos/nos espaços do parque. Por meio dos questionários foi possível constatar que em relação à frequência de visitação do Parque dos Cajueiros pelos moradores respondentes, 32% estão presentes no equipamento 1 vez ao mês; 22% apenas de finais de semana e 18% 1 vez ao ano. Apenas 2% dos questionados afirmaram estar no parque todos os dias, o que reflete no esvaziamento quase que por completo durante os dias úteis, conforme captado pela observação direta. Essa dinâmica de esvaziamento do parque se aproxima da realidade do Parque da Cidade e se contrapõe a do Parque da Sementeira, levando-se em consideração que os moradores dos grandes condomínios aos arredores deste último utilizam do parque assiduamente para suas práticas de atividade física.

Entre as atividades desenvolvidas pelos moradores no Parque dos Cajueiros foi captada nas respostas dos mesmos, sobretudo, a prática de esportes. Era previsível o fato tendo em vista toda a estrutura que há para que se desenvolvam diversos tipos de atividade física. Destacaram-se as atividades ligadas ao *skate*, ciclismo, caminhadas, uso da academia, patins, tênis, corrida, futebol, vôlei, calistenia e *slackline*. Em relação aos usos não ligados aos aspectos esportivos, foram citados pelos moradores a ida aos bares e restaurantes; a socialização com amigos; levar as crianças para brincar; a realização de piqueniques; práticas de paqueras e socialização; práticas de fotografia; apreciação da paisagem do rio; passeio com animais domésticos; entre outros. Considerando as atividades destacadas e as demais captadas pela técnica de observação direta, presume-se que os moradores exploram o potencial de uso do parque, pois são práticas diversificadas que envolvem a maioria dos equipamentos existentes no espaço do mesmo, diferentemente da realidade do Parque

da Cidade, ainda subutilizado pelos moradores que não se apropriam, por exemplo, do teleférico por ser uma atração paga e pouco democratizada e acessível pelo custo do ingresso.

Além disso, os dados permitiram traçar um perfil inicial acerca dos usuários do parque. Os resultados obtidos com a faixa etária (35 e 44 anos com 28%, seguida de 16 a 24 anos e 25 a 34 anos com 26% ambos e por fim, 45 ou mais com 20%) ratificam a percepção obtida na observação direta em termos de público diversificado que faz uso do Parque dos Cajueiros, com diferenças percentuais mínimas, sem ser possível apresentar um público dominante tanto por gênero, quanto por idade. Já na escolaridade, 46% possuíam ensino superior, 46% ensino médio e apenas 4% ensino fundamental. Diante desse cenário, verifica-se a disparidade entre o saldo de indivíduos com escolaridade mais elevada quando comparados com os dados obtidos no Parque da Cidade, em que há de se ressaltar a localização distinta dos parques e, conseqüentemente, o público visitante predominante que, no caso do primeiro, é majoritariamente desprovida e desprivilegiada quanto a níveis de renda, educação, saúde e lazer; frente à demanda solvável circunscrita e residente dos arredores do Parque dos Cajueiros. Alinhada com essa perspectiva e, portanto, com os dados supracitados estão os bairros de procedência dos inquiridos, em que se notou a predominância de uso por aqueles que residem nas proximidades do parque.

Neste sentido, o que se observa é que, assim como o Parque da Sementeira, há predominância de usuários que residem nas adjacências do Parque dos Cajueiros e possuem o privilégio de sempre estarem usufruindo dos equipamentos de lazer concedidos pelo Estado, pois podem pagar por isso na compra de apartamentos em condomínios que são construídos nas proximidades. Em contrapartida, se observa que indivíduos de bairros com pouca área de lazer disponível em sua região também utilizam do Parque dos Cajueiros, pois conforme se analisou nos estudos do Parque da Cidade e do Parque da Sementeira, há um movimento de pessoas que saem de suas localidades em busca de saciar suas demandas de lazer nesses espaços que recebem investimentos constantes e, por conseguinte, são bem equipados em termos de infraestrutura.

Diferentemente da relação completamente antagônica entre o Parque da Sementeira e o Parque da Cidade, o que se percebe é que o Parque dos Cajueiros situa-se no meio termo entre os dois supracitados. Isto porque não se percebe nos discursos dos moradores das adjacências um incômodo por haver pessoas de várias localidades de Aracaju usufruindo do parque e os usos respectivos dados por esses indivíduos. Desta forma, analisou-se que a apropriação do parque por esses moradores próximos ocorrem tanto em dias úteis, quanto aos finais de semana. Assim, diferentemente do Parque da Sementeira, nas quais os residentes próximos evitam utilizar o espaço do parque nos finais de semana pela forte presença de indivíduos de bairros distantes que geram “contra-usos”, no Parque dos Cajueiros todos utilizam o mesmo espaço sem qualquer tipo de discriminação aparente.

Adentrando na perspectiva do turismo, no que tange ao Parque dos Cajueiros enquanto potencial atrativo turístico, os residentes acreditam que o parque ainda precisa se estruturar melhor para receber a demanda turística, embora o mesmo tenha sido revitalizado em 2012. Ademais, os moradores observam criticamente o posicionamento das agências de viagens e guias de turismo que não encaminham os turistas para o parque e que, portanto, devem ser questionados haja vista o potencial que o parque tem para receber a demanda turística pelo conjunto de atrativos que podem ser visitados e atividades praticadas. Sobre a visualização do Parque dos Cajueiros como um local propício para práticas de lazer e turismo, 94% possuem posicionamento positivo e 6% acham que não é adequado para o turismo, apenas para o lazer dos autóctones, uma vez que, a partir do olhar do olhar do residente, o parque está abandonado e não possui atrativos para a demanda turística.

Os inquiridos que afirmam que o parque é propício para o lazer e o turismo (94%) justificam a potencialidade apresentando relatos diversos com características do mesmo: “área aberta propícia para várias atividades (ao ar livre)”; “arborizado, limpo, ventilado”; “bom para as crianças”; “dispõe contato com a natureza a baixo custo”; “local familiar com brinquedos e quadras”; “bem localizado, ambiente bonito”; “tem área verde, rio e natureza”; “sossegado com equipamentos diversos”; “as crianças se divertem e os idosos podem fazer atividade física”; “paisagem bonita, tem coisas para fazer”; “pescaria, restaurante”. Enfim, diversas razões foram apresentadas pelos questionados para sustentar a afirmativa do espaço do parque ser ideal não somente para o lazer, mas em igual teor para o turismo. Neste sentido, novamente percebe-se a importância dos moradores para o

planejamento das cidades, levando-se em consideração a visão holística que pôde ser captada através dos mesmos no Parque dos Cajueiros quando os relatos emanados demonstram a amplitude deste último – igualmente aos demais parques, em que foram citados diversos aspectos.

Diante dos dados levantados, o que se pode analisar é que o Parque dos Cajueiros e o Parque da Sementeira possuem similitudes estreitas no que tange ao turismo, uma vez que o Parque da Cidade é o único parque de Aracaju que está inserido nos roteiros turísticos executados pelas agências de receptivo. Porém, a partir das análises das avaliações na ferramenta TripAdvisor, constatamos que o turista está mais presente nos espaços públicos do que os agentes hegemônicos da atividade turística o encaminham, sendo necessário a elaboração de novas estratégias, a fim de inserir os parques urbanos nos roteiros turísticos locais, o que também auxiliaria no processo de diversificação da oferta turística. De fato, esta diversificação é extremamente necessária, pois, atualmente, os roteiros que são comercializados na cidade de Aracaju são pouco diversificados, restritos e que não apresentam muitos dos atributos que a cidade tem a oferecer aos seus visitantes, incluindo, nesse sentido, os parques públicos. Ratifica-se, portanto, a falta de inovação, criatividade e, sobretudo, planejamento turístico estritamente necessário a partir de parcerias público-privado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que o Parque da Sementeira, o Parque da Cidade e o Parque dos Cajueiros são parques públicos que, embora estejam localizados na mesma cidade, apresentam dinâmicas de produção e consumo ora similares, ora totalmente antagônicas. Em suma, o fator localização influencia por completo as formas de produção e consumo do espaço público na contemporaneidade, pois se tornou perceptível no discorrer dos resultados que o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros são muito semelhantes, com algumas nuances que os distinguem levando-se em consideração que os processos ocorrem de forma desigual no espaço e no tempo.

Isto se dá devido ao fato de que os parques públicos inseridos em áreas privilegiadas pelo capital privado recebem constantemente assistência pelo Estado no que concerne a investimentos para manutenção, diferentemente dos espaços públicos das regiões menos valorizadas pelos agentes do jogo imobiliário, sendo fatídico que existe uma arbitrariedade excludente na produção e organização espacial das cidades para o lazer. Nesse sentido, a total oposição no que concerne à zona de localização – Parque da Cidade na zona norte e Parque dos Cajueiros e Parque da Sementeira na zona sul – pode impactar na demanda, nas percepções, nas aplicações de investimentos públicos e privados, e, sobretudo, na produção e consumo do espaço urbano.

Para além das contradições e implicações relacionadas ao lazer dos autóctones, há de se referenciar as problemáticas quanto à relação entre os parques públicos e o turismo. Deste modo, é de suma importância destacar a falta do despertar dos agentes públicos e privados para enxergar e perceber que os parques públicos podem se constituir em atrativos turísticos emblemáticos de um destino, pois exprimem em sua paisagem a história, a herança, os mais diversos frutos das inúmeras construções sociais e características intrínsecas da localidade, ou seja, os parques não são homogêneos, mas sim únicos em suas configurações. Somado a isso podemos destacar o interesse dos turistas em visitar os parques públicos da cidade de Aracaju apresentado nos resultados da pesquisa empreendida, comprovando que, em verdade, os mesmos **não possuem** informações acerca desses espaços, e **não desinteresse** em visitá-los.

Assim sendo, ressaltamos que essas demandas não devem ser desprezadas e/ou negligenciadas no planejamento turístico da localidade, cabendo tanto ao setor público quanto ao setor privado a responsabilidade de refletir acerca da possibilidade de elaboração de novos roteiros turísticos para a cidade de Aracaju, a fim de diversificar a oferta turística local através do aproveitamento dos parques urbanos da cidade.

BIBLIOGRAFIA

Barreto, D. C. M., et. al. (2010): "Parque Augusto Franco – Aracaju/SE: As diferentes formas de apropriação dos espaços públicos". In: *Anais do 1º Seminário de Turismo e Geografia*. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, pp. 22-34. (CD-ROM)

Carlos, A. F. A. (2008): "A (re) produção do Espaço Urbano". Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Carlos, A. F. A. (1999): "O Consumo do Espaço". In: Carlos, A. F. A. et. al. *Novos Caminhos da Geografia*. Contexto, São Paulo.

Corrêa, R. L. (2000): "O Espaço Urbano". 4. ed. Editora Ática, São Paulo.

Corrêa, R. L. (2011): "Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão". In: Carlos, A. F. A.; Souza, M. L.; Sposito, M. E. B. (Orgs). *A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e desafios*. Contexto, São Paulo.

Gomes, M. A. S. (2013): "Os parques urbanos e a produção do espaço urbano". Paco Editorial, Jundiaí (SP).

Harvey, D. (2006): "A Produção Capitalista do Espaço". 2. ed. Editora Annablume, São Paulo.

_____. (2012): "O direito à cidade". En *Revista Lutas Sociais*, n. 29, p.73-89.

Lapa, D. L. (2010): "Percepções do uso turístico do espaço urbano: Estudo sobre o Parque da Sementeira". In: *Anais do 1º Seminário de Turismo e Geografia*. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, pp. 35-47. (CD-ROM)

Lefebvre, H. (2008a): "A Revolução Urbana". 3. ed. Editora UFMG, Belo Horizonte.

_____. (2008b): "O Direito à Cidade". 5. ed. Centauro, São Paulo.

_____. (1976): "Espacio y política". Ediciones Península, Barcelona.

Leite, R. P. (2007): "Contra-usos da Cidades: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea". 2. ed. Editora da UNICAMP, Campinas (SP); Editora UFS, Aracaju (SE).

Lojkine, J. (1997): "O Estado Capitalista e a Questão Urbana". 2.ed. Martins Fontes, São Paulo.

Marx, K. (2013): "O capital: crítica da economia política". 31. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Marx, K. e Engels, F. (1999): "O Manifesto Comunista (1848)". 5. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Serpa, A. (2007): "O espaço público na cidade contemporânea". Contexto, São Paulo.

Vaz, N. P. (2004): Espaços públicos urbanos. Disponível em: www.arq.ufsc.br/~soniaa/arq5605/Espacospublicos.htm. Consultado em 03/04/2018.